Seção de Política e Estratégia de Defesa - SPED

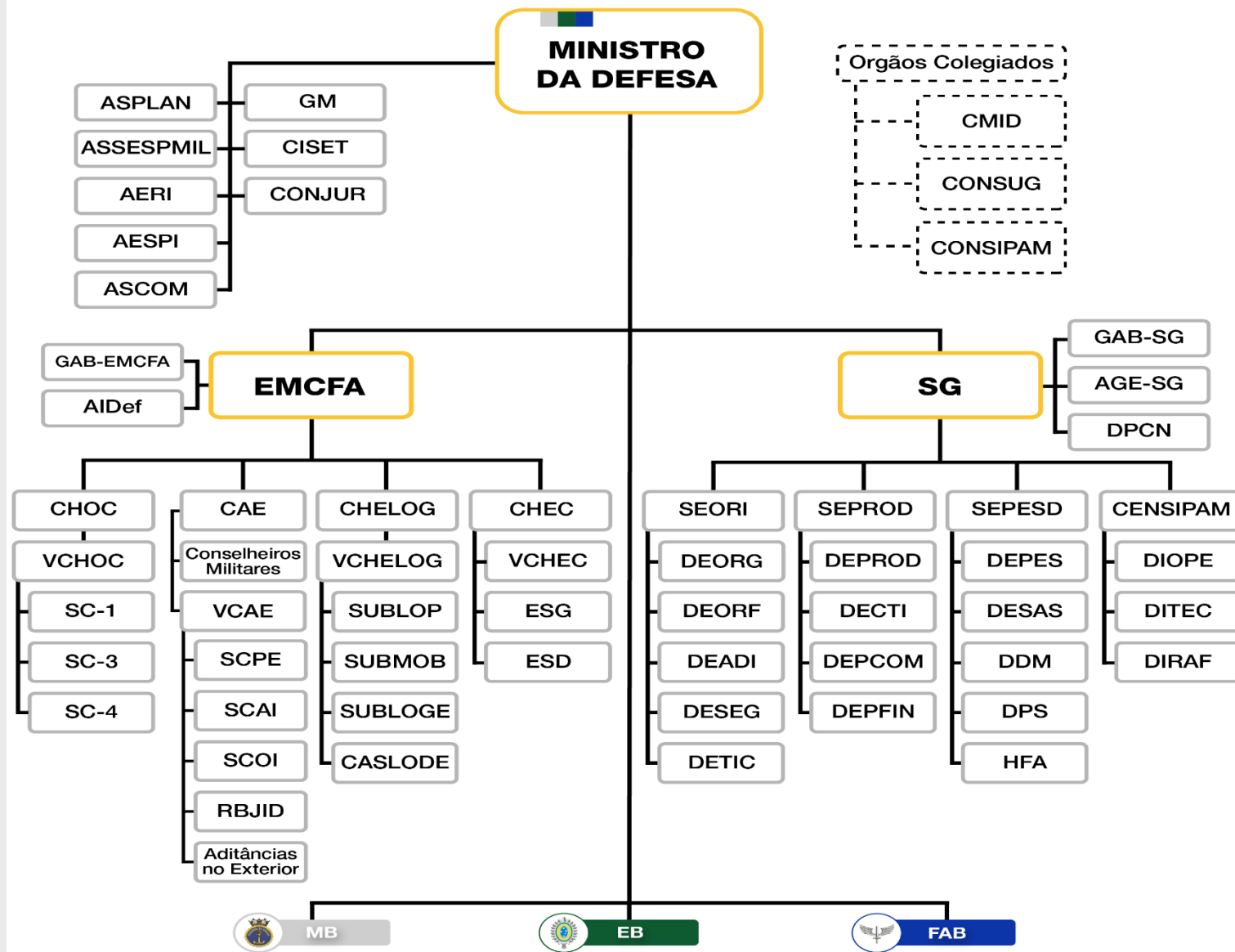
Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional
AGOSTO - 2022

Política Nacional de Defesa

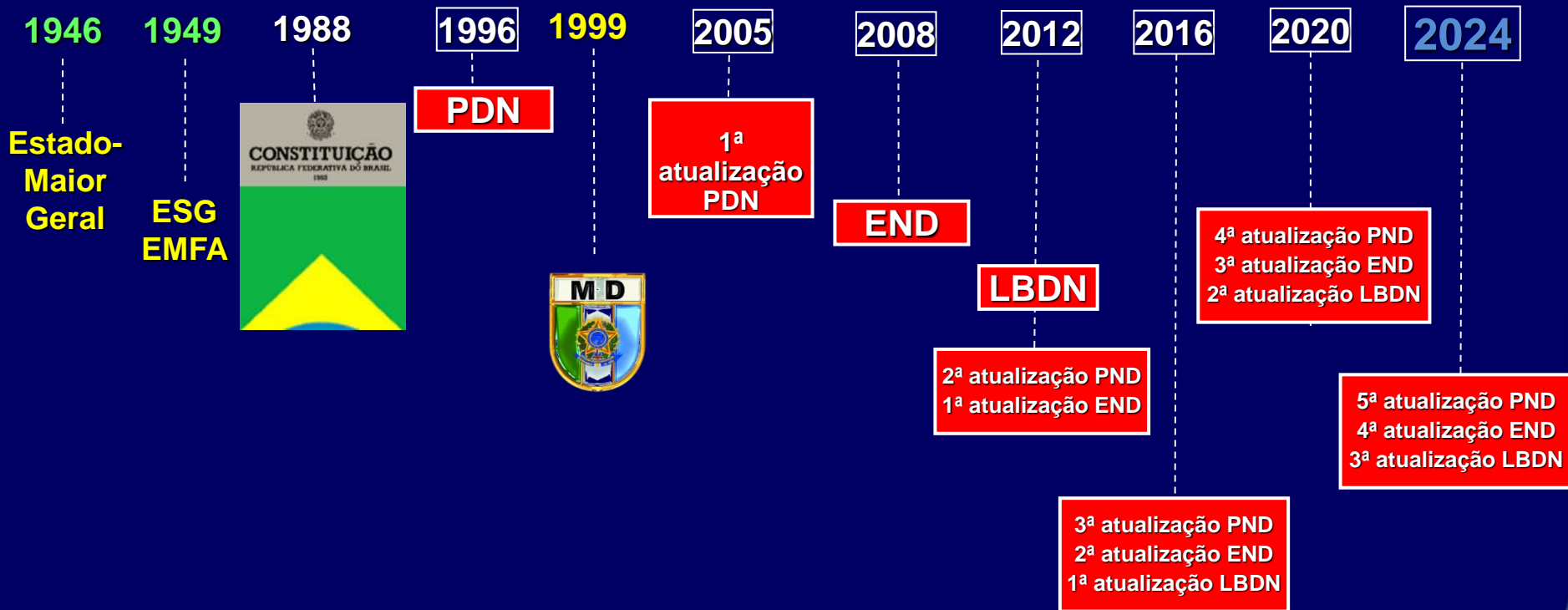
Objetivo

Apresentar a relação entre a Política Nacional de Defesa e a Política Externa Brasileira

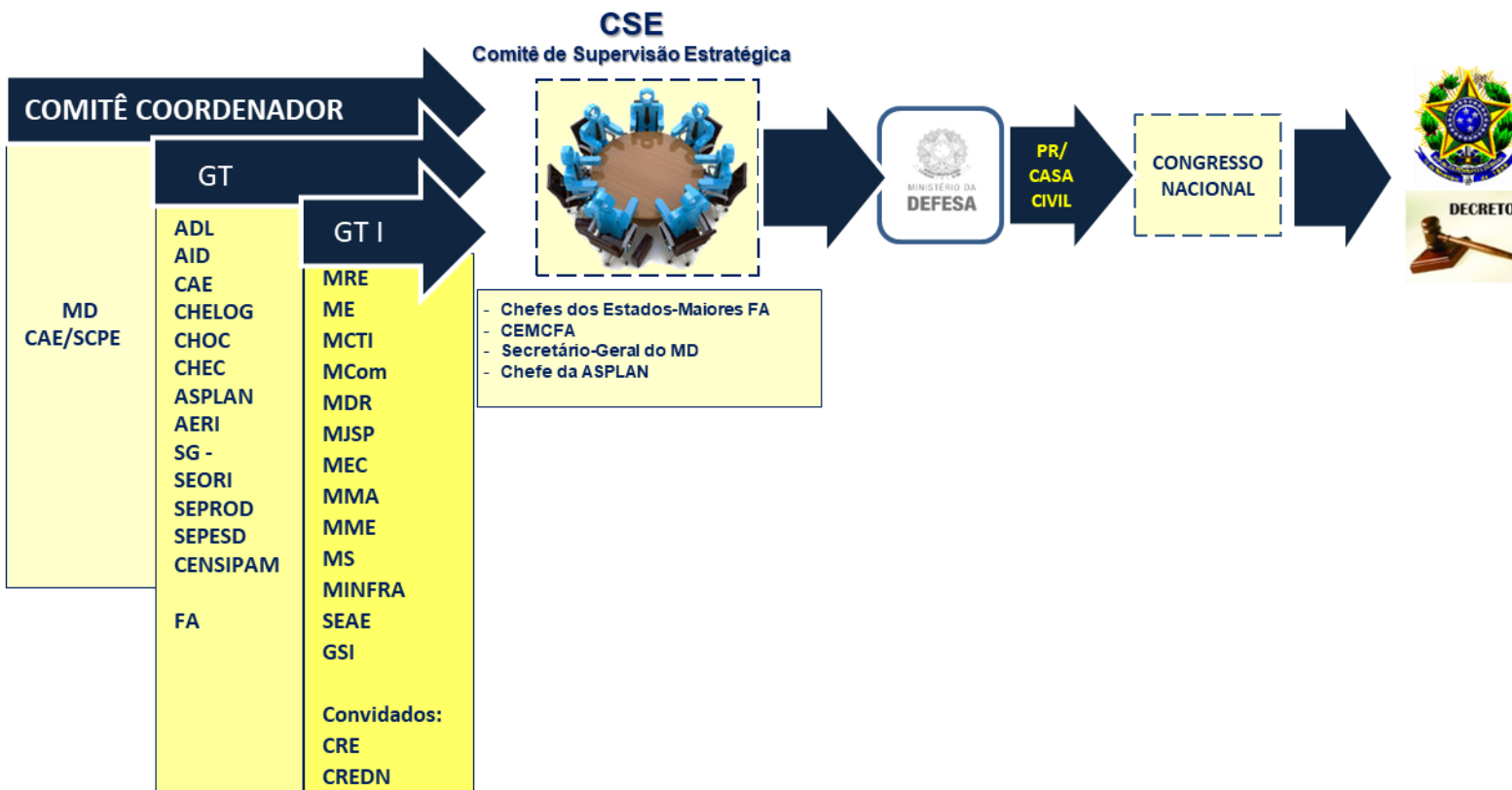
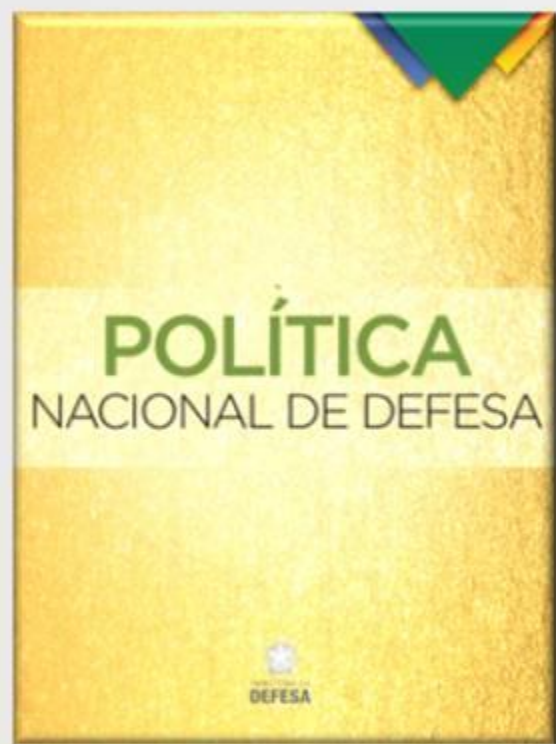
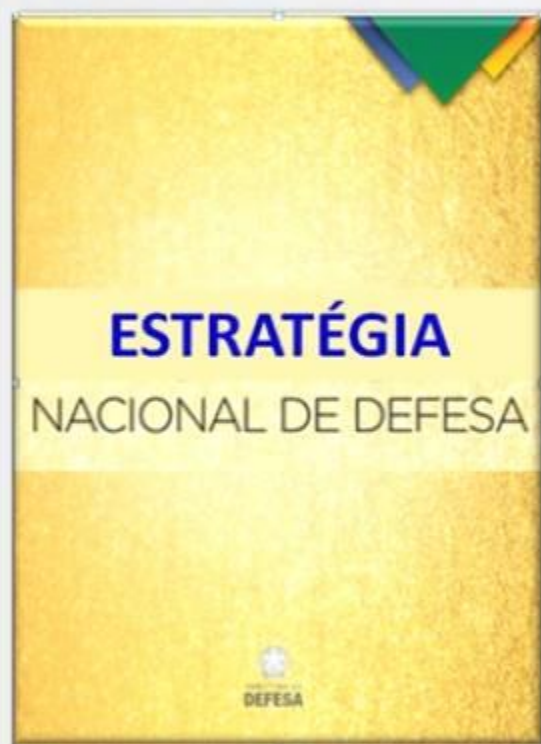
SUMÁRIO

MINISTRO DA DEFESA
Orgãos Colegiados
CMID
CONSUG
CONSIPAM
ASPLAN
ASSESPMIL
AERI
AESPI
ASCOM
GM
CISET
CONJUR
GAB-EMCFA
AIDef
EMCFA
SG
GAB-SG
AGE-SG
DPCN
CHOC
VCHOC
SC-1
SC-3
SC-4
CAE
Conselheiros Militares
VCAE
SCPE
SCAI
SCOI
RBJID
Aditâncias no Exterior
CHELOG
VCHELOG
SUBLOP
SUBMOB
SUBLOGE
CASLODE
CHEC
VCHEC
ESG
ESD
SEORI
DEORG
DEORF
DEADI
DESEG
DETIC
SEPROD
DEPROD
DECTI
DEPCOM
DEPFIN
SEPESD
DEPES
DESAS
DDM
DPS
HFA
CENSIPAM
DIOPE
DITEC
DIRAF
MB
EB
FAB

MARCOS DE DEFESA

Histórico

BASE LEGAL
CONSTITUIÇÃO
1988
Leis
Complementares
Outras Leis
POLÍTICA
ACIONAL DE DEFESA
ESTRATÉGIA
ACIONAL DE DEFESA
MINISTÉRIO DA
DEFESA

PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO

BASE LEGAL DE DEFESA

LIVRO BRANCO
DE DEFESA NACIONAL

Estabelece
- ✓ *O quê fazer*
- ✓ *Objetivos Nacionais de Defesa*

Define
- ✓ *O como fazer*
- ✓ *Diretrizes*

Provê
- ✓ *Publicidade*
- ✓ *confiança mútua*

POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA (PND)

É o documento de mais alto nível do País em questões de Defesa, baseado nos princípios constitucionais e alinhado às aspirações e aos Objetivos Nacionais Fundamentais.

Art. 3º Objetivos fundamentais:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º Princípios:

I - independência nacional;

II - prevalência dos direitos humanos;

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - **igualdade entre os Estados**;

VI - **defesa da paz**;

VII - **solução pacífica dos conflitos**;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX - **cooperação entre os povos para o progresso da humanidade**; e

X - concessão de asilo político.

POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA 2016
(ESTRUTURA)

1. INTRODUÇÃO

2. CONTEXTO (Fundamentos, Ambiente nacional e Ambiente internacional)

3. CONCEPÇÃO POLÍTICA DE DEFESA

4. OBJETIVOS NACIONAIS DE DEFESA

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

PND - Fundamentos

Conceitos:

Segurança Nacional: é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.

PERCEPÇÃO

Defesa Nacional: é o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

AÇÃO

ÁREAS DE INTERESSE ESTRATÉGICO
CANADÁ
AMÉRICA DO NORTE
ESTADOS UNIDOS
Golfo do México
MÉXICO
CUBA
Mar do Caribe
EUROPA
Mar Mediterrâneo
Entorno estratégico
ARGÉLIA
LÍBIA
EGITO
Trópico de Câncer
MAURITÂNIA
MALI
NÍGER
CHADE
SUDÃO
SENEGAL
GUINÉ
NIGÉRIA
ETIÓPIA
ÁFRICA
VENEZUELA
COLÔMBIA
OCEANO ATLÂNTICO
Equador
GABÃO
Ambiente Regional
PERU
ANGOLA
OCEANO PACÍFICO
CHILE
Trópico de Capricórnio
NAMÍBIA
ARGENTINA
75°
60°
45°
30°
15°

ÁREAS DE INTERESSE ESTRATÉGICO
CPLP
MINISTÉRIO DA
DEFESA

POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Posicionamentos políticos de defesa

1. privilegiar a **solução pacífica** das controvérsias.

2. apoiar o **multilateralismo** no âmbito das relações internacionais.

3. atuar sob a égide de **organismos internacionais**, visando à **legitimidade e ao respaldo jurídico internacional**, e conforme os compromissos assumidos em convenções, tratados e acordos internacionais.

4. **repudiar intervenção** na soberania dos Estados e defender que qualquer ação nesse sentido seja realizada de acordo com os ditames do ordenamento jurídico internacional.

5. participar de **organismos internacionais**, projetando o País no concerto das nações.

6. participar de **operações internacionais**, visando contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos.

7. apoiar as iniciativas para a **eliminação de armas químicas, biológicas, nucleares e radiológicas**, nos termos do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, ressalvando o direito ao uso da tecnologia para fins pacíficos.

POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

Posicionamentos políticos de defesa (cont.)

8. sem prejuízo da **dissuasão**, **privilegiar a cooperação** no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins.

9. **promover o intercâmbio** com países de maior interesse estratégico no campo de defesa.

10. defender o **uso sustentável** dos recursos ambientais, **respeitando a soberania** dos Estados.

11. promover maior **integração da Amazônia brasileira**.

12. buscar a manutenção do **Atlântico Sul como zona de paz e cooperação**.

13. defender a exploração da **Antártica** somente para fins de **pesquisa científica**, com a preservação do meio ambiente e sua manutenção como patrimônio da humanidade.

POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

OBJETIVOS NACIONAIS DE DEFESA

I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;

II. Assegurar a capacidade de defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas;

III. Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais, situados no exterior;

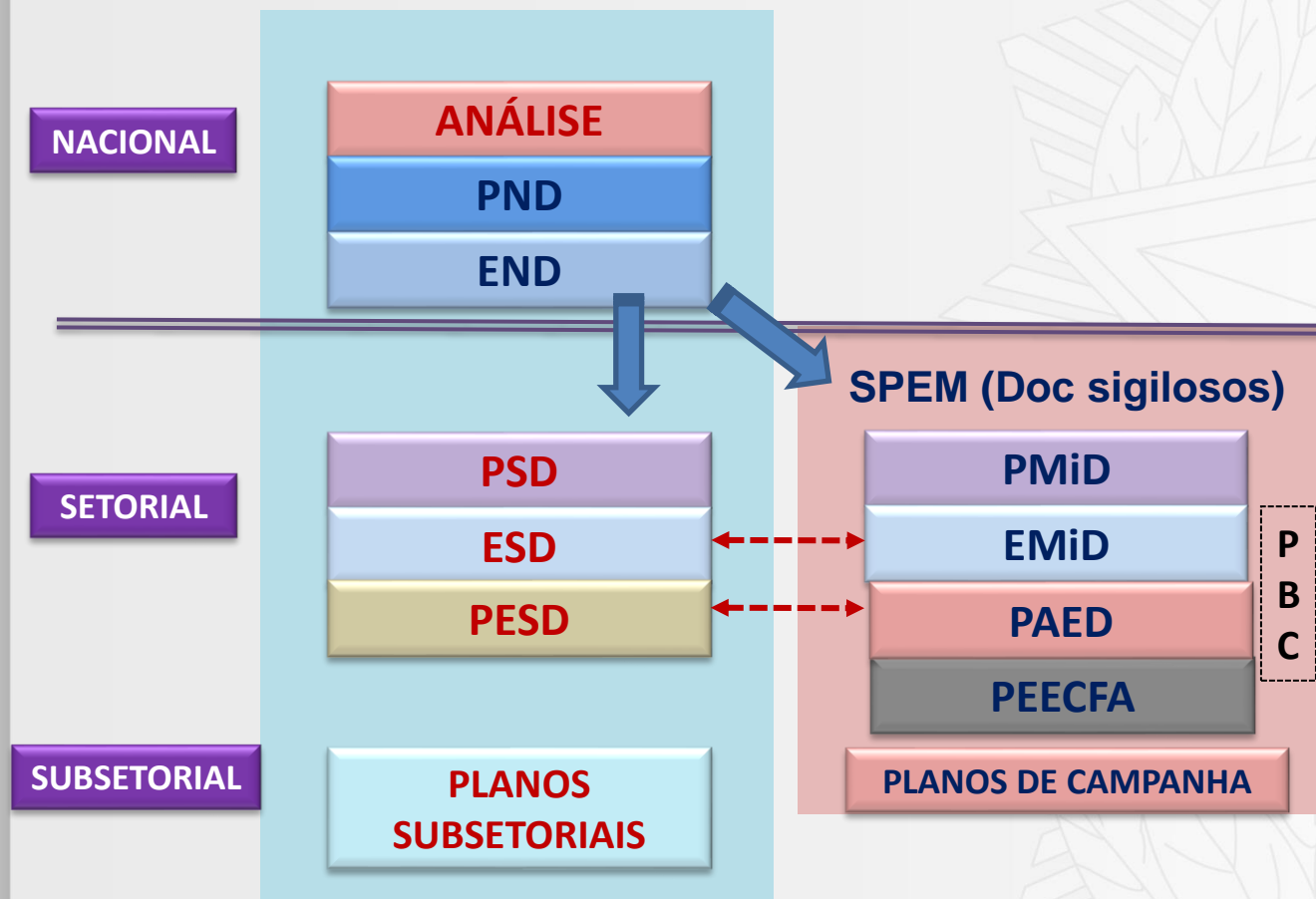
IV. Contribuir da coesão e unidade nacionais;

V. Contribuir para a para a preservação estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais;

VI. Contribuir para o incremente da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais;

VII. Promover a autonomia produtiva e tecnológica na área de defesa; e

VIII. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

SPEM:
Sistemática de Planejamento Estratégico Militar

PEECFA:
Planejamento Estratégico de Emprego Conjunto das FA

PAED:
Plano de Articulação e Equipamento de Defesa

RELACIONAMENTO COM O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
POLÍTICA EXTERNA

VERTENTE PREVENTIVA
DIPLOMACIA
DISSUASÃO (EM TODOS OS CAMPOS)

COMPLEMENTARES

INDISSOCIÁVEIS

MINISTÉRIO DA DEFESA
POLÍTICA DE DEFESA

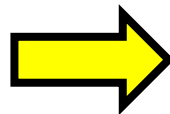
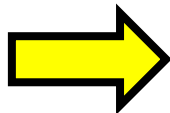
VERTENTE REATIVA
PODER NACIONAL (EXPRESSÃO MILITAR)

"À AÇÃO DIPLOMÁTICA NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS SOMAM-SE AS ESTRATÉGIAS MILITARES DA COOPERAÇÃO E DA DISSUASÃO."

(POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA)

FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO EM DEFESA

PARA A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL, A COOPERAÇÃO EM DEFESA É UM VALIOSO INSTRUMENTO DE:

DIFUSÃO DE VALORES

INDUÇÃO DA ESTABILIDADE REGIONAL

MANUTENÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS

AÇÃO ESTRATÉGICA DO MINISTÉRIO DA DEFESA

PARTICIPAR DE CONVENÇÕES, REGIMES E OUTROS FÓRUNS INTERNACIONAIS RELATIVOS AOS SETORES ESTRATÉGICOS CIBERNÉTICO, NUCLEAR E ESPACIAL, SOB A ÉGIDE DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS.

AMPLIAR AS ATIVIDADES DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E EXERCÍCIOS MILITARES COM OS PAÍSES DE INTERESSE.

AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO EM POSTOS RELEVANTES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS.

PARTICIPAR DE MISSÕES DE PAZ E PLANEJAR MISSÕES DE FORÇA EXPEDICIONÁRIA.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA NOS FÓRUNS INTERNACIONAIS

TNP – TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES.

CTBTO - ORGANIZAÇÃO DO TRATADO SOBRE A PROIBIÇÃO TOTAL DE TESTES NUCLEARES.

AIEA – AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA.

ABACC – AGÊNCIA BRASIL-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE DE MATERIAIS NUCLEARES.

MTCR – REGIME DE CONTROLE DE TECNOLOGIA DE MÍSSEIS.

NSG – GRUPO DE SUPRIDORES NUCLEARES.

C-34 - COMITÊ ESPECIAL SOBRE OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA NOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
ONU

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
OEA

FÓRUM PARA O PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA DO SUL
PROSUL

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
CPLP

CONFERÊNCIA DE MINISTROS DE DEFESA DAS AMÉRICAS
CMDA

CENTRO INTER-REGIONAL DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA MARÍTIMA
CIC

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL
IBAS

ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL
ZOPACAS

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA
JID

CONFERÊNCIA NAVAL INTERAMERICANA
CNI

CONFERÊNCIA DOS EXÉRCITOS AMERICANOS
CEA

SISTEMA DE COOPERAÇÃO DAS FORÇAS AÉREAS AMERICANAS
SICOFAA

EVENTOS E AÇÕES PERTINENTES À DIPLOMACIA DE DEFESA

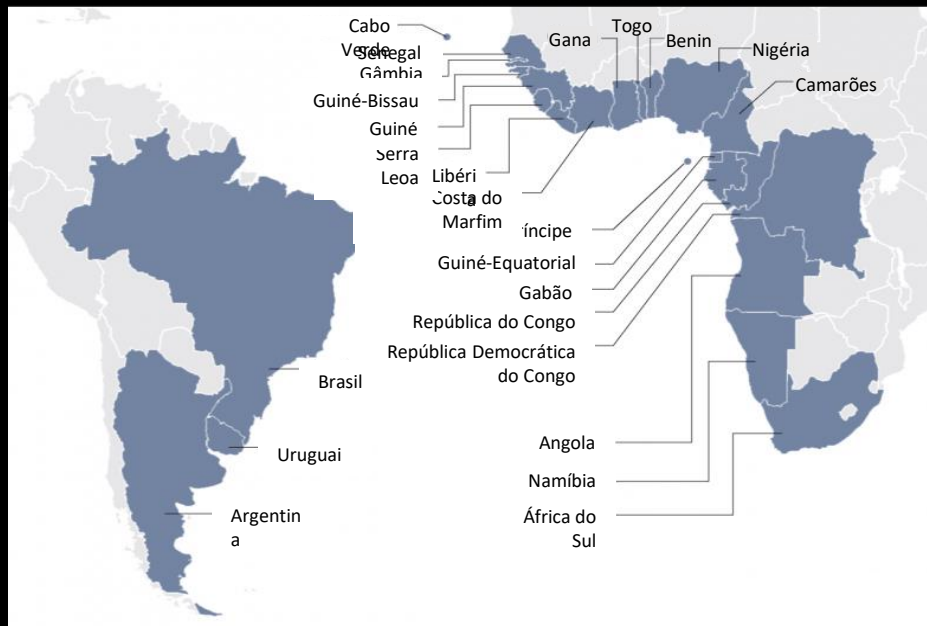
PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO (PROANTAR)

- O PAÍS ADERIU AO TRATADO DA ANTÁRTICA, EM 1975, E DEU INÍCIO AO PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO (PROANTAR), EM 1982.

- A ENTRADA NO TRATADO DA ANTÁRTICA ABRIU À COMUNIDADE CIENTÍFICA BRASILEIRA A OPORTUNIDADE DE PARTICIPAR EM ATIVIDADES QUE, JUNTAMENTE COM A PESQUISA DO ESPAÇO E DO FUNDO OCEÂNICO, CONSTITUEM AS ÚLTIMAS GRANDES FRONTEIRAS DA CIÊNCIA INTERNACIONAL.

- O PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO ESTABELECE COMO O BRASIL PARTICIPARÁ DAS EXPLORAÇÕES CIENTÍFICAS, EM VISTA À SUA IMPORTÂNCIA PARA A HUMANIDADE E ESPECIALMENTE PARA O PAÍS.

EVENTOS E AÇÕES PERTINENTES À DIPLOMACIA DE DEFESA

ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL - ZOPACAS

- **A ZONA E PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL (ZOPACAS) FOI ESTABELECIDA EM 1986, POR MEIO DA RESOLUÇÃO 41/11 DA ASSEMBLEIA GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.**

- **PARA A PRESERVAÇÃO DA PAZ NO ATLÂNTICO SUL, É IMPRESCINDÍVEL QUE A REGIÃO SE MANTENHA COMO ZONA LIVRE DE ARMAS NUCLEARES E DE OUTRAS ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA.**

RDPM

BRASIL – REINO UNIDO
2021

BRASIL – CANADÁ
2022

SUBCHEFIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS – SCAI

INTERESSES PRIMORDIAIS DA DEFESA NA ÁREA INTERNACIONAL

SUBCHEFIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS – SCAI

REUNIÕES BILATERAIS REALIZADAS EM 2019/2020/2021/2022

América do Sul (5)	América Central e Caribe (0)	América do Norte (1)	Europa (6)	Oriente Médio (2)	Ásia e Oceania (3)	África (0)
Argentina		EUA	Alemanha	Israel	China	
Chile			Espanha	Egito	Índia	
Colômbia			França		Rússia	
Equador			Itália			
Peru			Portugal			
			Suécia			

17 NAÇÕES

Seção de Adidos de Defesa (SAD)

ATRIBUIÇÕES

- Apoiar as atividades dos adidos estrangeiros no Brasil.

Visita da Escola de Defesa do México 2021

Acreditação do Adido da Polônia à Estônia - 2020

- Apoiar as atividades dos adidos brasileiros em missão no exterior.

Seção de Adidos de Defesa (SAD)

❖ Coordenar os estágios de orientação para os adidos de defesa brasileiros e para os adjuntos e auxiliares, bem como para os adidos de defesa estrangeiros acreditados no Brasil

Estágio para Adidos Brasileiros – 2021

Estágio para Adidos Estrangeiros no MD - 2022

Seção de Adidos de Defesa (SAD)

❖ **Planejar e coordenar as visitas de autoridades, delegações e comitivas estrangeiras em visita oficial ao Brasil.**

Visita do Colégio de Defesa Nacional da Tanzânia - 2022

Visita da Vice Min Def de Honduras - 2021

Visita de Delegação das Forças Armadas de Bangladesh - 2021

ADIDÂNCIAS BRASILEIRAS

SUSPENSA

59 PAÍSES COM ADIDÂNCIAS BRASILEIRAS
44 Residentes ☆
16 Acreditados

ADITÂNCIAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL

56

AMÉRICA DO SUL (10)	AMÉRICA DO NORTE (03)	AMÉRICA CENTRAL E CARIBE (06)	ÁFRICA (10)	EUROPA (14)	ÁSIA ORIENTE MÉDIO OCEANIA (13)
➢ Argentina ➢ Bolívia ➢ Chile ➢ Colômbia ➢ Equador ➢ Paraguai ➢ Peru ➢ Suriname ➢ Uruguai ➢ Venezuela	➢ Canadá ➢ Estados Unidos ➢ México	➢ El Salvador ➢ Guatemala ➢ Honduras ➢ República Dominicana ➢ Panamá ➢ Trindade e Tobago (A)	➢ África do Sul ➢ Angola ➢ Botswana (A) ➢ Camarões ➢ Egito ➢ Gana ➢ Namíbia ➢ Nigéria ➢ Senegal ➢ Zâmbia	➢ Alemanha ➢ Áustria ➢ Espanha ➢ França ➢ Itália ➢ Países Baixos (A) ➢ Polônia ➢ Portugal ➢ Reino Unido ➢ República Tcheca ➢ Rússia ➢ Suécia ➢ Turquia ➢ Ucrânia	➢ Azerbaijão ➢ Bangladesh ➢ China ➢ Coréia do Sul ➢ EAU ➢ Índia ➢ Indonésia ➢ Irã ➢ Israel ➢ Japão ➢ Paquistão ➢ Tailândia ➢ Vietnã

PARTICIPAÇÃO EM OPERAÇÕES INTERNACIONAIS

- **ACRUX VI** - BRASIL, ARGENTINA, URUGUAI E PARAGUAI.
- **ATLANTIS II** - BRASIL E URUGUAI.
- **BRACOLPER (FLUVIAL)** - BRASIL, COLÔMBIA E PERU.
- **BRACOLPER (FRONTEIRA TERRESTRE)** - BRASIL, COLÔMBIA E PERU.
- **BRASBOL** - BRASIL E BOLÍVIA.
- **COOPERACIÓN II** - BRASIL E ARGENTINA.
- **CRUZEX FLIGHT** - BRASIL, CANADÁ, CHILE, COLÔMBIA, EQUADOR, ESTADOS UNIDOS, URUGUAI E VENEZUELA.
- **FELINO** - PAÍSES DA CPLP.
- **FORÇA COMANDOS** - BRASIL, TROPAS ESPECIALIZADAS DOS ESTADOS UNIDOS E DE OUTROS PAÍSES AMERICANOS (COMANDOS, *LANCEROS* E *RANGERS*).
- **FRATERNO ANFÍBIA** - BRASIL E ARGENTINA.
- **FRATERNO XXXI** - BRASIL E ARGENTINA.
- **GUARANI** - BRASIL E ARGENTINA.
- **VI IBSAMAR** - BRASIL, ÁFRICA DO SUL E ÍNDIA.
- **OBANGAME -** BRASIL, BÉLGICA, DINAMARCA, ESTADOS UNIDOS, FRANÇA, ALEMANHA, NORUEGA, PORTUGAL, ESPANHA, TURQUIA, REINO UNIDO E PAÍSES AFRICANOS.
- **PARBRA III** - BRASIL E PARAGUAI.
- **PANAMAX** - BRASIL, ESTADOS UNIDOS E OUTROS 16 PAÍSES.
- **PLATINA** - BRASIL E PARAGUAI.
- **UNITAS LIV** - BRASIL, COLÔMBIA, ESTADOS UNIDOS E JAMAICA.
- **VIKING** - BRASIL, SUÉCIA E OUTROS PAÍSES (PKO).

EVENTOS E AÇÕES PERTINENTES À DIPLOMACIA DE DEFESA

DESMINAGEM HUMANTÁRIA

EVENTOS E AÇÕES PERTINENTES À DIPLOMACIA DE DEFESA

AJUDA HUMANITÁRIA

OPERAÇÃO ACOLHIDA

A FRONTEIRA BRASILEIRA

FRONTEIRA TERRESTRE DO BRASIL

16.886 KM – PODER DE POLÍCIA (150 KM)

7.363 KM – SECA

9.523 KM – MOLHADA (RIOS, LAGOS E CANAIS)

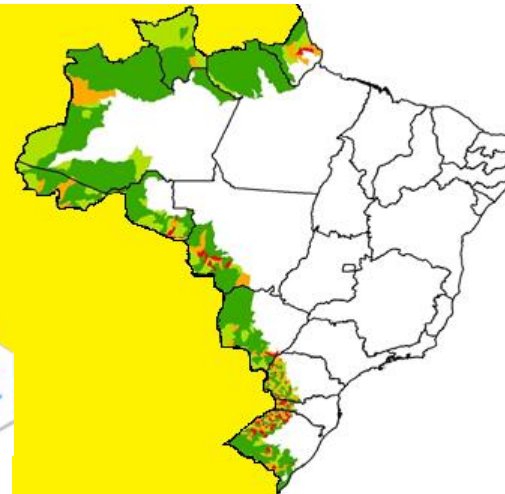
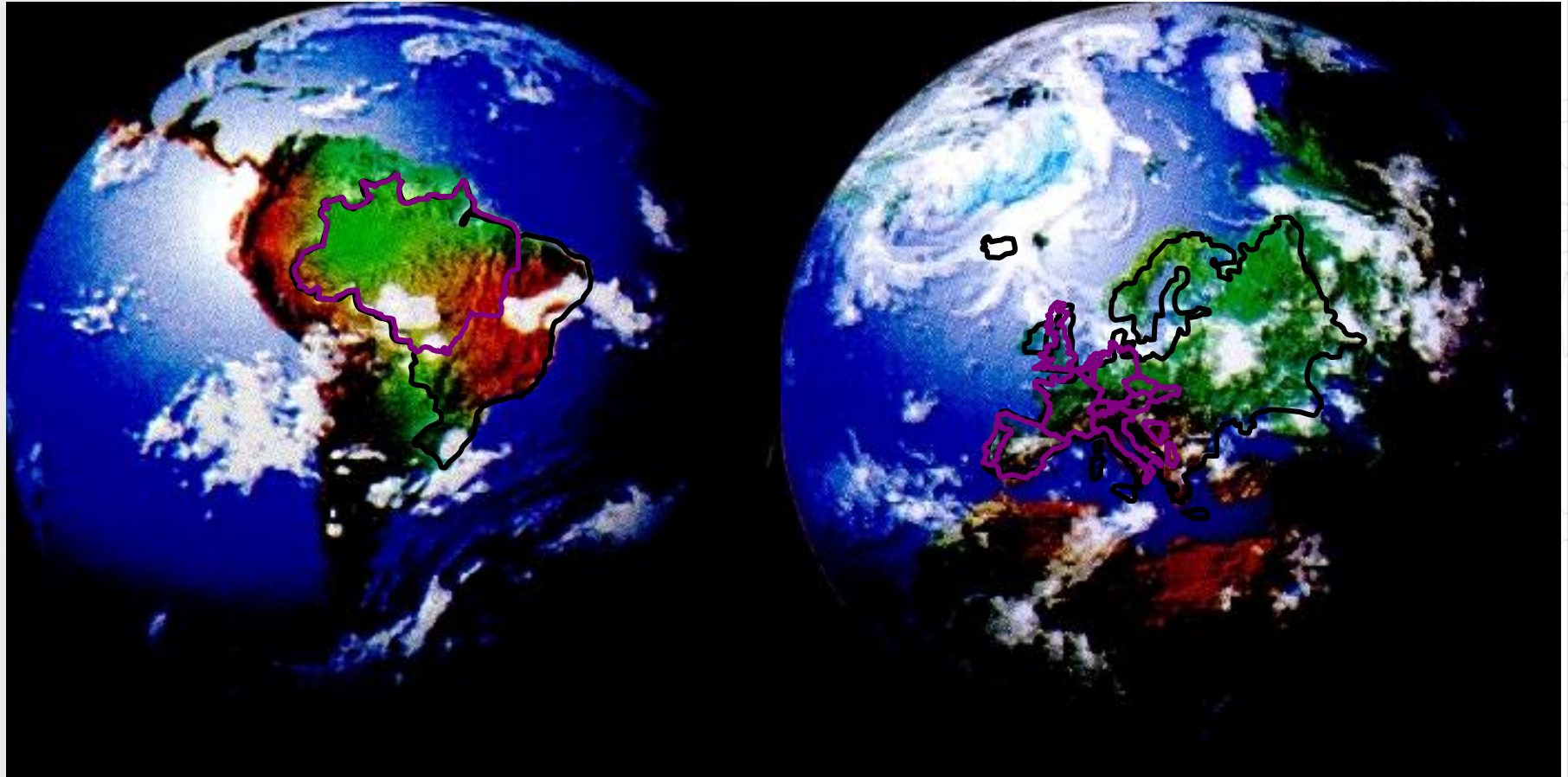
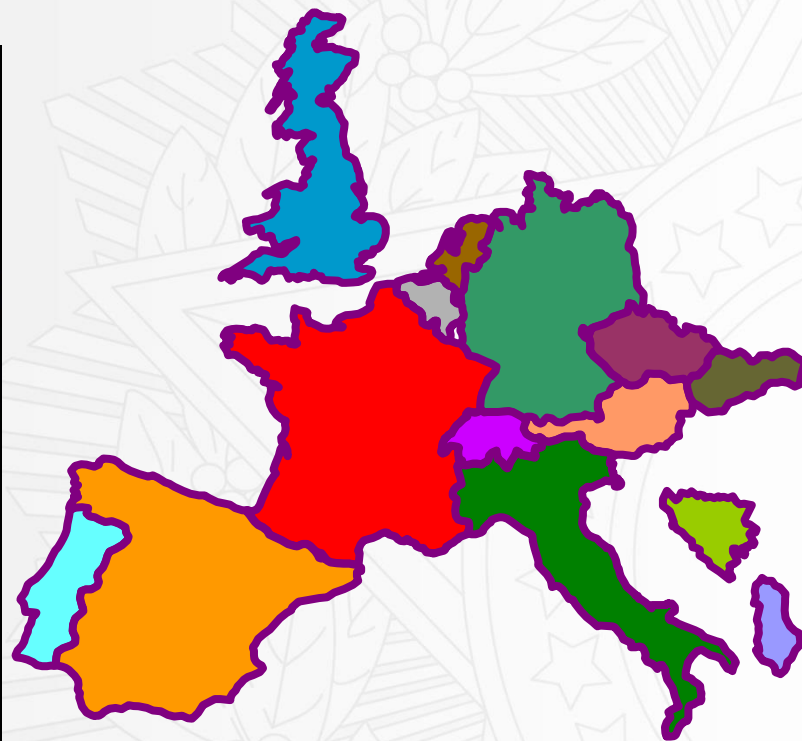
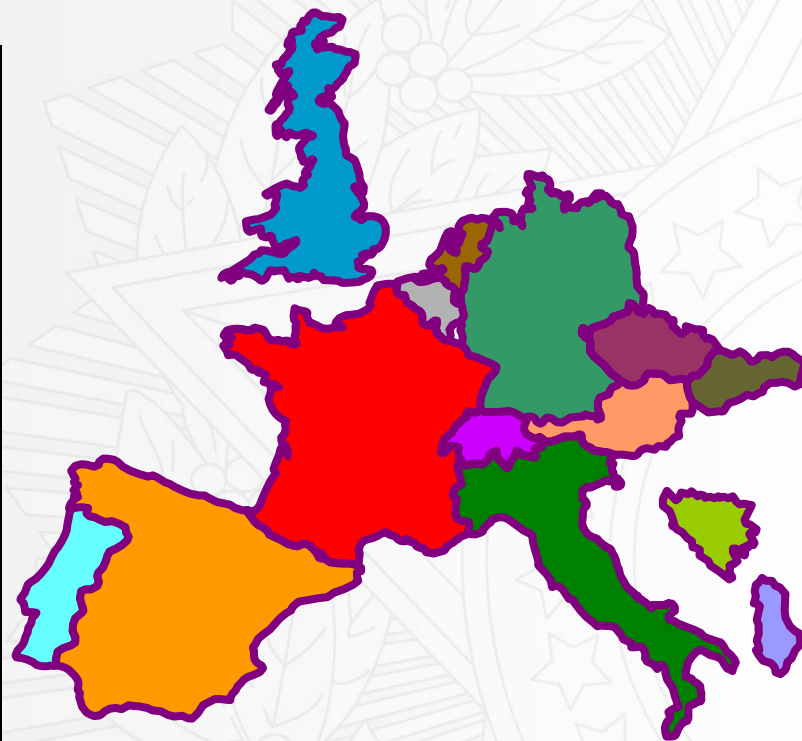
10 PAÍSES

POUCA PRESENÇA DO ESTADO

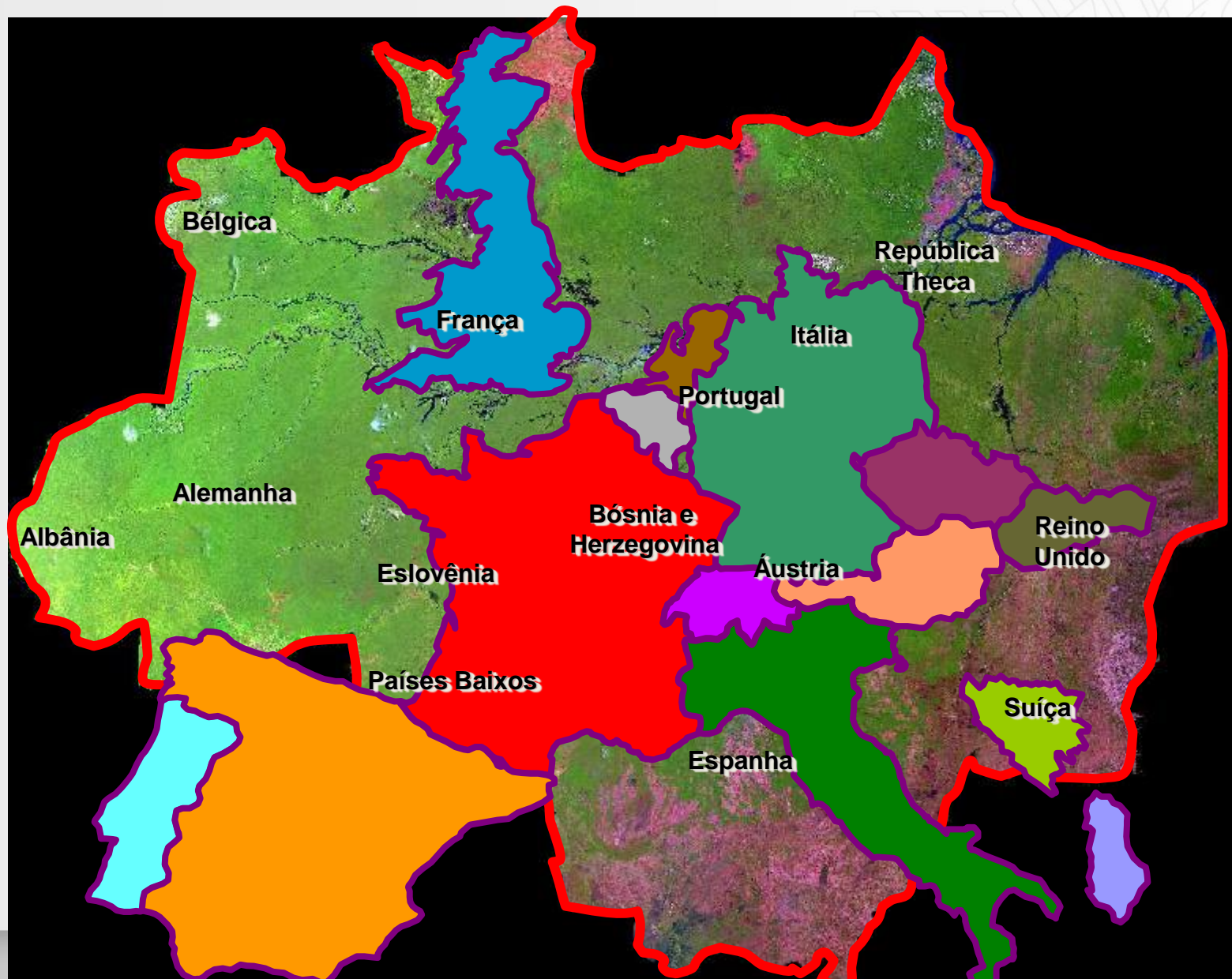
GRANDE OCORRÊNCIA DE ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS E AMBIENTAIS

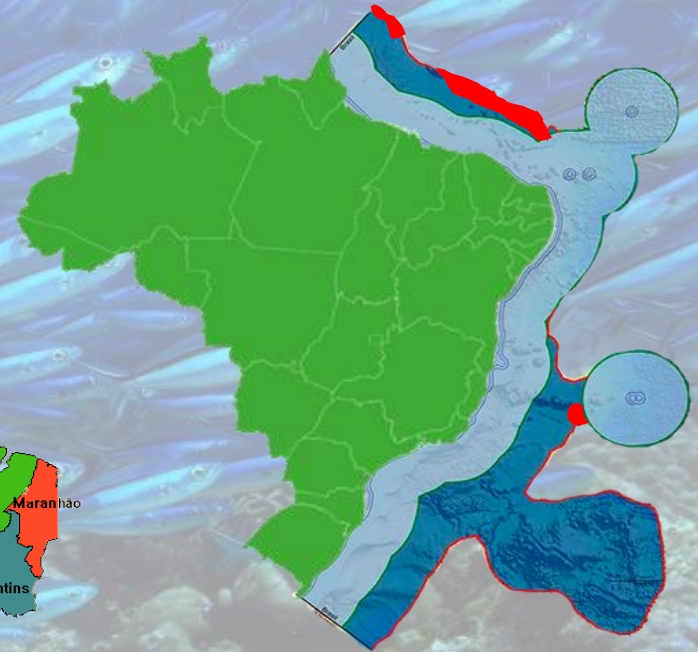
EVENTOS E AÇÕES PERTINENTES À DIPLOMACIA DE DEFESA
AMAZÔNIA BRASILEIRA
Venezuela
Guiana
Suriname
Guiana Francesa
Colômbia
Equador
Peru
Bolívia
O BRASIL DETÉM:
69%
da área amazônica
AMAZÔNIA BRASILEIRA
AMAZÔNIA INTERNACIONAL
MAIOR FLORESTA TROPICAL DO MUNDO
FRONTEIRA COM SETE PAÍSES
1/5 DA ÁGUA DOCE DO PLANETA
MAIOR BANCO GENÉTICO DO PLANETA
MAIOR PROVÍNCIA MINERALÓGICA DA TERRA
2/3 DAS RESERVAS HIDRELÉTRICAS DO BRASIL

EVENTOS E AÇÕES PERTINENTES À DIPLOMACIA DE DEFESA

OPERAÇÃO ÁGATA

DEFESA

DEFESA

DEFESA

DEFESA

Amazônia Brasileira – 5.033.072 Km²

BRASIL	ÁREA (Km²)
TERRITÓRIO	8.515.767
ÁREAS DE DISCUSSÃO JUNTO À CLPC DA ONU	190.000
ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA (ZEE)	3.539.919
PLATAFORMA CONTINENTAL (PC)	1.081.847
ZEE + PC	4.621.766

EVENTOS E AÇÕES PERTINENTES À DIPLOMACIA DE DEFESA

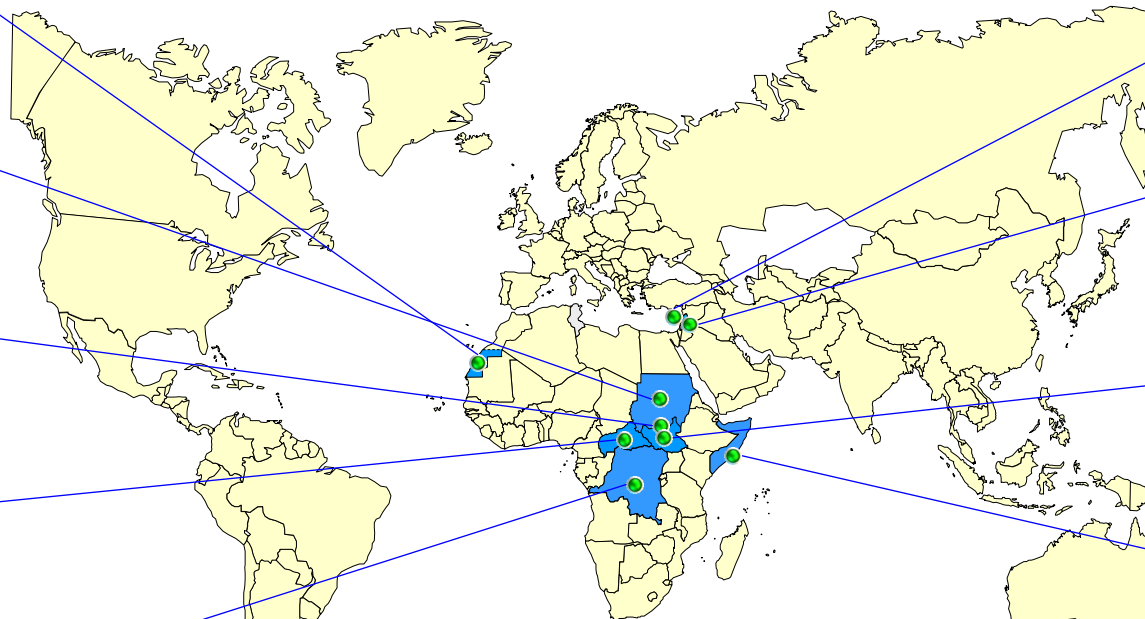
A DIMENSÃO AEROESPACIAL

- ENVOLVE UMA GRANDE ÁREA DE RESPONSABILIDADE (TERRESTRE E MARÍTIMA).
- CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO.
- ARTICULAÇÃO COM OS PAÍSES VIZINHOS.
- CAPACITAÇÃO AEROESPACIAL.

EVENTOS E AÇÕES PERTINENTES À DIPLOMACIA DE DEFESA

AUMENTAR A CAPACIDADE DE PROJEÇÃO DE PODER (DISSUASÃO)

"A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES MILITARES NO EXTERIOR PARA A CONSECUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA"

TRADIÇÃO E PRESTÍGIO EM MISSÕES DE PAZ, DESDE 1948 (UNSCOB – GRÉCIA)

MARINHA DO BRASIL	EXÉRCITO BRASILEIRO	FORÇA AÉREA BRASILEIRA	POLÍCIA MILITAR	TOTAL
10	53	10	11	84

EVENTOS E AÇÕES PERTINENTES À DIPLOMACIA DE DEFESA

MISSÕES DE PAZ DO BRASIL ENCERRADAS

UNOWA 07 - 11
Senegal

UNCRO 95 - 96
UNMOP 96 - 02
Prevlaka - Croácia

UNSCOB 48 - 49
Grécia

UNPROFOR 92 - 95
Iugoslávia

UNPREDEP 95 - 99
Macedônia

UNOGBIS 04 - 10
Guiné-Bissau

UNTAES 96 - 98
Eslovenia Oriental

UNOMIL 93 - 93
Libéria

UNISMIS 12 - 12
Síria

DOMREP 65 - 66
República Dominicana

UNEF-I 57 - 67
Oriente Médio

FAIBRAS 65 - 66 (OEA)
República Dominicana

UNMIN 07 - 10
Nepal

MINUGUA 94 - 00
Guatemala

UNIPOM 65 - 66
Índia - Paquistão

MARMINCA 94 – 10 (OEA)
Honduras, Nicarágua, Guatemala e Costa Rica

UNMEE 06 - 08
Eritréia/Etiópia

ONUSAL 91 - 95
El Salvador

UNMIS 07-10
UNAMID 11 – 11
Sudão

ONUCA 90 - 91
Nicarágua

UNSF 62 - 62
Nova Guiné

MOMEP 95 – 99
Equador - Peru

UNAMET / INTERFET 99
UNTAET 00 - 02
UNMISET 02 - 05
UNOTIL 05 - 06
UNMIT 06 - 12
Timor Leste

MARMINAS 03 – 13 (OEA)
Equador - Peru

MINUCI 03 - 04
Costa do Marfim

UNAVEM I, II, III 89 - 97
MONUA 97-99
UNOPS 97-98
UNMA 01-03
Angola

MINURCAT 08-10
Chade - RCA

ONUMOZ 94 - 94
Moçambique

UNOMUR 93 - 94
Uganda - Ruanda

MD

“Não se pode ser
Pacífico sem ser Forte”
(Barão do Rio Branco)

SISFRON

Submarino Nuclear Brasileiro
SNB 'Álvaro Alberto' - SN10